

NÓS DIZEMOS NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA CELEPAR



Na luta contra a privatização da **Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)**, um ferrenho ataque que o governador de estado do Paraná está tentando implementar, os trabalhadores tiveram mais uma conquista: o SINDPD/PR conquistou uma liminar na Justiça do Trabalho suspendendo execução do Programa de Desligamento Voluntário da CELEPAR - PDV 2025, que estava com prazo aberto para adesão desde 05 de setembro deste ano.

A suspensão do PDV tem por fundamento potenciais prejuízos que poderiam ser acarretados aos trabalhadores (as), em especial a obrigatoriedade dos trabalhadores (as) renunciarem aos direitos trabalhistas para que sejam admitidos como elegíveis ao PDV no ato da adesão.

Antes desta liminar, o Tribunal de Contas do Paraná havia suspendido o processo de privatização, por entender que há deficiências no projeto que podem gerar riscos financeiros e operacionais, além de não estarem devidamente tratados temas como continuidade dos serviços públicos, pessoal técnico, governança de TIC entre outros. Esta notícia respaldou ainda mais a Audiência Pública que aconteceu na Assembleia Legislativa do Paraná, no último dia 15/09, que contou com grande participação dos trabalhadores, para debater a venda/desestatização da Empresa. Só a luta muda a vida e os trabalhadores da CELEPAR estão lutando contra esta política nefasta de privatização, se posicionando em defesa da soberania nacional, pois privatizar significa colocar em risco dados sensíveis do povo paranaense.

Todo apoio a esta legítima luta dos empregados da CELEPAR!

PATRÕES DE TI PRECISAM ENTENDER QUE A EVOLUÇÃO DO SEU NEGÓCIO ESTÁ NAS MÃOS DOS EMPREGADOS – POR REAJUSTE DE SALÁRIOS E MELHORIA DE DIREITOS!



Na terça, dia 23/09, aconteceu mais uma reunião de negociação com o SINDINFOR.

Para quem enxerga o trabalhador como custo e entende reajuste de salários e benefícios como redução da margem de lucro patronal, que não analisa em perspectiva, que trabalhador satisfeito é aumento de produtividade que recupera num curto espaço de tempo esta redução, é difícil negociar.

Uma diversidade de argumentos e fundamentos foram trazidos à mesa, para explicar porque salários e benefícios precisam ser reajustados, principalmente considerando o fato de que a negociação coletiva acontece apenas uma vez por ano.

Este foi um dia de muita conversa e nenhum resultado.

O sentimento é de que a negociação coletiva está longe de um desfecho.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL LPS - APRESENTA

FEIRINHA das Mulheres

18H30 ÀS 22H
26 DE SETEMBRO

- ARTESANATO
- GASTRONOMIA
- MÚSICA AO VIVO

Lançamento do livro de poesias **ALUMIAR** de Luiz Cláudio, Cacaio.



BATICUM TENDINHA CULTURAL - RUA ITARARÉ, 566, CONCÓRDIA

REFORMA ADMINISTRATIVA: ATAQUE DISFARÇADO AO SERVIÇO PÚBLICO E AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO



Um projeto que ameaça desmontar conquistas históricas das categorias atingidas, precarizar o trabalho e, por consequência, degradar a qualidade dos serviços essenciais prestados à população.

A proposta de Reforma Administrativa – PEC 32/2020, que foi motivo de muitas críticas e lutas dos servidores públicos, foi substituída, em maio deste ano, por iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Mota (Republicanos), por um Grupo de Trabalho destinado a discutir e elaborar proposição legislativa que vise o “aperfeiçoamento” da Administração Pública. Em outras palavras: que volte a discutir a famigerada Reforma. Algumas audiências foram realizadas, mas ainda não há um relatório conclusivo.

Embora apresentada sob a narrativa de “modernização e eficiência”, a Reforma é um profundo e organizado ataque aos servidores públicos e aos princípios constitucionais que regem a Administração

Pública. Longe de representar um aperfeiçoamento, o projeto em discussão ameaça desmontar conquistas históricas das categorias atingidas, precarizar o trabalho e, por consequência, degradar a qualidade dos serviços essenciais prestados à população.

O alvo imediato e mais sensível é a estabilidade, pilar fundamental que protege o servidor de pressões políticas e clientelistas, permitindo que exerça suas funções com independência técnica e em prol do interesse público. A proposta, no entanto, pretende restringir esse direito a um número limitado de carreiras, definidas de forma arbitrária como “típicas de Estado”. Essa mudança criaria um ambiente de instabilidade e medo, no qual o profissional ficaria vulnerável às conveniências do governo de plantão, sem proteção contra demissões arbitrárias.

Vale recordar que a estabilidade foi inserida no Brasil pela Constituição de 1934 (artigo 169) e consolidada pelas Cartas de 1967 (artigo 99) e de 1988 (artigo 41). Seu objetivo era, precisamente, proteger o servidor de perseguições políticas e pressões indevidas, evitando que demissões em massa a cada mudança de governo prejudicassem a continuidade e a qualidade das políticas públicas.

A Reforma também avança sobre as condições de trabalho e a remuneração. A introdução de contratos temporários, a terceirização de funções essenciais e a proposta de “achatamento das malhas salariais” – um eufemismo para a redução de salários e a retirada de adicionais que compõem a remuneração de diversas carreiras – representa uma desvalorização do funcionalismo.

O projeto também impõe um modelo de gestão baseado em metas abusivas e bônus por resultados – mecanismos perversos que intensificam a carga de trabalho e ignoram a natureza complexa e social dos serviços públicos.

A meritocracia anunciada na proposta ignora o fato de que as pessoas nascem em contextos sociais e econômicos diferentes, com acesso desigual a recursos como educação de qualidade, saúde, moradia, transporte público, entre outras condições, conforme destacou a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes). Trata-se também da caracterização de uma visão privada do que necessariamente é público. A consequência direta é o adoecimento dos profissionais, como ilustrado tragicamente pela

morte de ao menos onze servidores do INSS nos últimos dois meses, vítimas da intensificação desumana do trabalho, do aumento do assédio institucional e de políticas de metas de produtividade, entre outras medidas infralegais impostas aos servidores.

É crucial entender que o prejuízo ultrapassa os muros do serviço público. A descontinuidade nas políticas, a perda de quadros qualificados e o desmonte de carreiras essenciais – como as da saúde, educação e previdência – atingirão fortemente a população, especialmente a mais vulnerável. Esta não é uma Reforma que “moderniza”, é uma contrarreforma que desmonta. Não se limita a ajustar gastos; altera a própria concepção de Estado, substituindo um modelo público e universal por outro frágil, terceirizado e orientado para o lucro.

A mobilização contra essa proposta é, portanto, uma defesa não apenas dos servidores, mas de um Estado verdadeiramente capaz de garantir direitos e dignidade para todos. Neste sentido, o Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do Andes-SN aprovou um calendário de lutas contra a Reforma, com o objetivo de intensificar a mobilização. A agenda teve início no último dia 3 de setembro, com o Ato dos Servidores Públicos na Comissão Geral da Câmara dos Deputados, e se encerrará com a Jornada Nacional de Lutas contra a Reforma Administrativa, de 22 a 27 de setembro, com o indicativo de construção de caravanas a Brasília.

INFORME DE PAGAMENTO DE AÇÃO



O SINDADOS/MG ajuizou uma Ação Trabalhista contra a empresa SERPRO, no dia 22/09/2025, cuja Audiência Inicial PRESENCIAL ocorrerá no próximo dia 17/11/2025, às 08h40min.

Nesta Ação, o Sindicato está cobrando os reflexos da FCT/GFE/FCA em GEA/GQA/GHA e anuênios.

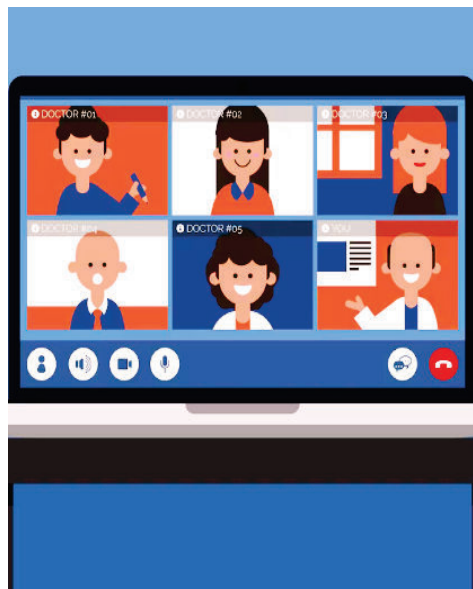
Como ocorre com todas as ações judiciais, não é possível prever o tempo de sua conclusão, em razão dos inúmeros recursos que se encontram à disposição das partes na legislação processual vigente e da própria morosidade da Justiça.

O importante é que a ação foi ajuizada e que estamos buscando a proteção do direito dos trabalhadores.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	QA - IT ANSWER LTDA.	0010821-22.2025.5.03.0182	28/10/2025	08:35	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytics)	0010650-93.2025.5.03.0108	02/10/2025	09:00	Videoconferência
Sindados MG	FIK Digital	0010565-16.2025.5.03.0106	22/10/2025	10:00	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	10/11/2025	13:31	Videoconferência
Sindados MG	AVSYSTEMGEO	0011100-58.2024.5.03.0015	12/11/2025	14:30	Videoconferência
Sindados MG	Globalweb	0010809-49.2024.5.03.0018	02/12/2025	15:30	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010585-16.2025.5.03.0006	16/12/2025	09:40	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência

REUNIÃO VIRTUAL COM A PRODEMGE REALIZADA EM 24/09



O SINDADOS/MG e a Comissão de Trabalhadores participaram de reunião com a PRODEMGE, no último dia 24/09, em que foi explicado, tal como fez para o corpo funcional, seu plano de mudança estratégica.

Que a mudança estava a caminho já sabíamos, porque muitos trabalhadores, preocupados, nos informaram. Também manifestamos nossa preocupação com esta mudança em outros boletins, pois chegou ao Sindicato a denúncia de que a mudança ensinaria a transformação da PRODEMGE de empresa pública para agência.

Ouvimos atentamente tudo que a PRODEMGE informou e deu para perceber que o que nos foi apresentado do plano foi uma síntese bem resumida, poucos minutos e quatro slides, com pouquíssimas explicações. O argumento dos representantes da Empresa é que a PRODEMGE terá um lugar de excelência no Estado.

Perguntados se o Estatuto da Empresa iria mudar, se a pessoa jurídica da empresa iria mudar, recebemos a resposta de que não haveria mudança. Na fala do diretor Tadeu, a garantia é que não haverá mudanças até o final do ano de 2026.

Perguntados sobre o plano de qualificação das pessoas para se engajarem nesta nova PRODEMGE, a fala foi de que o plano é grandioso, tanto em termos técnicos como em termos psicológicos, tudo sendo feito de forma muito cuidadosa pela direção da Empresa, porém sem mais informações concretas. O mesmo ocorreu com relação às nossas indagações sobre quais serviços seriam mantidos e como seria feita a segurança dos dados e informações sensíveis.

Afirmamos para a Empresa que, como gato escaldado que somos, vemos com preocupação as mudanças, de um modo geral, porque nossa vivência mostra impactos, principalmente com demissões. Preocupa-nos também o pacote chegar pronto, sem ter sido uma construção coletiva, inclusive sem utilizar o saber acumulado dos trabalhadores, o que reivindicamos.

Enfim, tudo é muito bonito no discurso e na apresentação. Resta saber, na vida real, que PRODEMGE é esta que está surgindo na cena de MINAS GERAIS.

Fundamental que os trabalhadores fiquem atentos e qualquer coisa que não esteja batendo com este plano de prosperidade que está sendo apresentado pela Empresa, procure o Sindicato e a CT.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Ao final da reunião, a Empresa deu retorno sobre uma cobrança feita pelo SINDADOS/MG da assinatura do Termo de Garantia da Data-Base (Acordo Coletivo de Trabalho 2025-2026): assinarão de forma eletrônica e nos enviarão. Também informou que na próxima folha de pagamento será feito o reajuste dos salários e benefícios hoje existentes, pelo índice do INPC, que fechou em agosto no percentual de 5,05%. Ficou também agendada a primeira mesa de negociação para o próximo dia 08/10.